

08-0021/2013



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Secretaria de Apoio Legislativo - SGP2
SPLegis

REQUERIMENTO D COM PROCESSO 21/2013 DE 20/03/2013

Promovente:

Ver. AURÉLIO MIGUEL (PR)

Ementa:

REQUER A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, COM O FITO DE AVERIGUAR AS IRREGULARIDADES, FALTA DE CRONOLOGIA NA ANÁLISE DOCUMENTAL DOS PROCESSOS DE ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS NOVAS, REFORMAS COM OU SEM AUMENTO DE ÁREA, LOCAIS DE REUNIÃO, BEM COMO PROCESSOS DE ANISTIA REFERENTES ÀS LEIS 11.522/94, 13.558/2003 E 13.876/2004 E NOS TERMOS DA LEI 8.382/79.

Observações:

Arquivado em 04/01/2017

Chefe de Seção
UBIRAJARA DE F. PRESTES FILHO
Consultor Técnico Legislativo - História
Supervisor do Arquivo Geral - SGP.33
RF: 11215



DENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

GABINETE VEREADOR AURÉLIO MIGUEL

REQUERIMENTO Nº

08 - RDP
08-00021/2013

Requer, com fundamento no artigo 33 da Lei Orgânica do Município de São Paulo e art. 93 do Regimento Interno, a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 09 (nove) membros, com duração de 120 dias, eventualmente prorrogáveis, com o fito de averiguar as irregularidades, falta de cronologia na análise documental dos processos de alvará de aprovação e execução de obras novas, reformas com ou sem aumento de área, locais de reunião, bem como processos de anistia referentes às Leis 11.522/94, 13.558/2003 e 13.876/2004 e nos termos da Lei 8.382/79.

Considerando os fatos fartamente noticiados na imprensa, nos dias 20 e 21 de março de 2013, tornando-os notórios, da existência milhares de processos administrativos de anistia que não foram analisados pelos órgãos competentes, relativos aos protocolados nos anos de 1994, 2003 e 2004;

Considerando a existência de dezenas de milhares de processos de aprovação e execução de obra novas e reforma e obtenção de

Viaduto Jacareí 100 - 7º andar sala 714
Fone: 3396-4873 ou 3396-4614
www.aureliomiguel.com.br

24 MAI 2013

SPG.421

Segue(m) Juntado(s), nesta
data, documento(s) e folha de
informação rubricados sob
nº 2 a 16
Em 21/12/16
Ass: 

Adelina Ciconé
Assistente Parlamentar
Registro 100.406



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

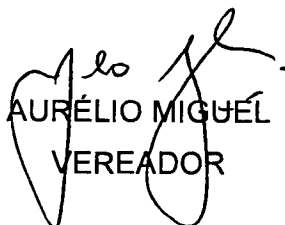
GABINETE VEREADOR AURÉLIO MIGUEL

Folha nº 02 do proc
Nº 08-21 de 13
Adelina Cicone - Ass. Parlamentar
RF 100.406

alvarás de local de reuniao, sem analise pelos órgãos competentes há vários anos;

Considerando que nos órgãos responsáveis não existe ordem cronológica, transparência e nem prazo para a conclusão da analise desses processos.

Requeiro, com fundamento no artigo 33 da Lei Orgânica do Município de São Paulo e art. 93 do Regimento Interno, a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 09 (nove) membros, com duração de 120 dias, eventualmente prorrogáveis, com o fito averiguar as irregularidades, falta de cronologia na analise documental dos processos de alvará de aprovação e execução de obras novas, reformas com ou sem aumento de área, locais de reunião, bem como processos de anistia referentes às Leis 11.522/94, 13.558/2003 e 13.876/2004 e nos termos da Lei 8.382/79.


AURÉLIO MIGUEL
VEREADOR

Empresários de SP relatam lentidão e pedidos de propina para obter alvarás

G1 ouviu 20 empresários do setor que reclamam de burocracia e corrupção.

'Sempre precisa molhar a mão de alguém', afirma empresário.

Livia Machado e Márcio Pinho Do G1 São Paulo

Recomendar 550

Tweetar 44

103 comentários

Depois de estabelecimentos comerciais em São Paulo, ouvidos pelo G1 após a tragédia que matou 238 pessoas na boate Kiss de Santa Maria (RS), apontaram burocracia e lentidão da Prefeitura, corrupção de agentes públicos e dependência de intermediários como os principais fatores que dificultam a obtenção de alvarás para casas noturnas e restaurantes em São Paulo. Um empresário disse que "sempre precisa molhar a mão de alguém" para obter a licença, enquanto outro relatou que, sem pagar propina durante os trâmites, teve que esperar cinco anos para receber o documento.

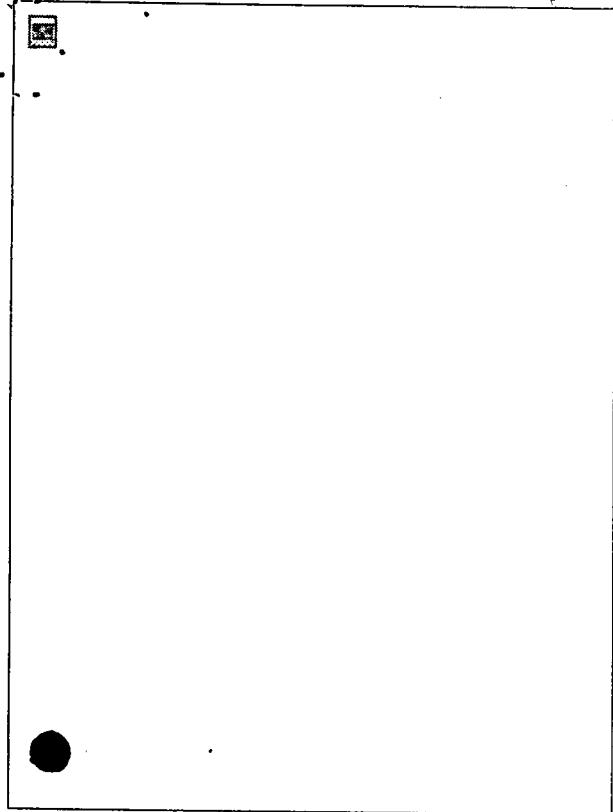
Conforme o depoimento de um empresário da Zona Sul, que não quis ter o nome divulgado, a venda de um imóvel com alvarás regulares pode significar acréscimo de até 15% no valor de mercado. "É tão difícil ter [alvará], que vira dinheiro. Valoriza o imóvel", contou.

saiba mais

- Maioria das casas fiscalizadas em SP funciona sem aval dos bombeiros
- Prefeitura de SP manda interditar 26 locais sem aval dos bombeiros
- Haddad quer usar policiais militares na fiscalização de casas noturnas
- SP terá operação de prevenção com vistoria dos bombeiros, diz Alckmin
- SP terá fiscalização conjunta entre bombeiros e fiscais, diz Prefeitura

Os relatos dos 20 empresários ouvidos pela reportagem – donos e ex-proprietários de boates e restaurantes – dizem respeito a pedidos encaminhados até o ano passado. Eles não sabem como será o processo na nova gestão.

Procurada, a Prefeitura de São Paulo não teceu comentários sobre as acusações de corrupção e informou que tem 30 mil processos de licenciamento em tramitação, sendo 600 deles casas noturnas na fila por um alvará. Em seu site, a Prefeitura reúne informações sobre os passos para a regularização).



O incêndio na boate do RS começou depois que a banda Gurizada Fandangueira fez uso de artefatos pirotécnicos. A casa noturna era revestida com espuma comprada em uma loja de colchões. O extintor que integrante da banda tentou usar não funcionou. A casa estava com mais público do que a capacidade e possuía apenas uma saída para a rua. O alvará da boate estava vencido havia 6 meses. Saiba mais sobre a tragédia.

Na sexta-feira (1º), a Prefeitura de São Paulo determinou a interdição de 26 estabelecimentos considerados inseguros na cidade, segundo os bombeiros. Entre as casas estão baladas tradicionais na capital paulista (veja a lista). A medida faz parte da "Operação Prevenção Máxima", do governo estadual.

É muito difícil e burocrático. Sempre precisa molhar a mão de alguém, se não fica parado na gaveta"

Dono de restaurante na Zona Oeste

"No final de ano eles fiscalizam para ganhar décimo terceiro. [...] Eles dificultam até jogar limpo e pedir dinheiro"

Dono de restaurante na Zona Sul

Propina é realidade

Quatro empresários ouvidos pelo G1 admitiram já terem pago propina a funcionários públicos ou intermediários para agilizar o processo de regularização de seus imóveis. "É muito difícil e burocrático. Sempre precisa molhar a mão de alguém, se não fica parado na gaveta", afirmou o dono de um restaurante tradicional da Zona Oeste da capital.

A casa tem mais de 20 anos, mas só obteve sua autorização para operar após 10 anos de funcionamento. Segundo o comerciante, é preciso "ter alguém" na Prefeitura para que os pedidos sejam atendidos.

Para os donos de casas noturnas, as propinas são uma realidade no setor. "Paguei para uma pessoa que afirmava que tinha entrada na fiscalização", contou o dono de uma balada em São Paulo. Atualmente, com casas em situação regular, ele afirma que não só a Prefeitura é culpada pelo cenário, mas também os comerciantes que não querem investir para deixar a boate em condições, abrindo o imóvel "de qualquer jeito".

O dono de uma casa noturna na Zona Sul disse que, ao montar sua balada, viu que não teria alternativa para ganhar o alvará se não demolisse parte do imóvel e contratasse um arquiteto conhecedor das leis para montar um projeto do zero. Na concepção e na construção, gastou R\$ 3 milhões.

"Preferi fazer esse investimento e gastar com o meu estabelecimento", disse. Dono de uma casa noturna próxima, outro empresário diz que nunca comprou ninguém, mas que sofreu por muito tempo com a burocracia. Ele pediu seu alvará por meio da Lei de Anistia, na gestão Marta Suplicy (PT).

"Esperei cinco anos. É tudo muito burocrático. Nem os funcionários da prefeitura conhecem com detalhe as leis", disse. Dois outros donos de casas noturnas da Zona Sul afirmaram que estão legais e sempre seguiram as orientações da Prefeitura.

RF 100.406

Outro comerciante, dono de restaurantes por 20 anos, também disse que os responsáveis pelos papéis de seus restaurantes pagava propina. "Certamente, para apressar um processo. Você pode ter um processo aprovado ou um processo tramitando", relatou.

É propina para todo lado. Eu paguei pela reforma porque tenho música ao vivo e precisava do isolamento acústico. Mas se eu quisesse, poderia ter comprado o laudo sem fazer nada na casa. As empresas sabem que é apenas isso que a fiscalização exige"

Dono de casa noturna em São Paulo

O procedimento também foi adotado por uma dona de restaurante, que diz ter pagado R\$ 20 mil para um escritório de advocacia seguir os trâmites legais e liberar o estabelecimento para o comércio. No entanto, vendo que ao longo de um ano o processo não andou e que a cada consulta um novo empecilho era colocado, ela decidiu pagar "por fora" R\$ 2 mil.

Laudos à venda

Dono de restaurante na Zona Sul de São Paulo, um empresário espera o alvará da reforma do estabelecimento há dez anos. O primeiro pedido foi feito em 2003. Ele acredita que não teve resposta porque "não pagou a propina fixa".

Constantemente vítima de achaques, ele explicou que há ofertas para reduzir a burocracia dos serviços e garantir os laudos técnicos sem fiscalização. "No final de ano, eles fiscalizam para ganhar o 13º [salário]. É declarado em todos os setores. Na primeira visita, o fiscal da vigilância sanitária vai mandar você trocar a borracha da geladeira. Você troca. Na segunda visita, eles vão reclamar da porta. Você arruma. Na terceira vez, você já entende. Eles dificultam até jogar limpo e pedir dinheiro".

Quando reformou a casa para atender a norma de segurança acústica e garantir a licença para funcionar após a meia-noite, uma das empresas do ramo lhe ofereceu o laudo por metade do valor da obra. "É propina para todo lado. Eu paguei pela reforma porque tenho música ao vivo e precisava do isolamento acústico. Mas, se eu quisesse, poderia ter comprado o laudo sem fazer nada na casa. As empresas sabem que é apenas isso que a fiscalização exige".

Aqui é tudo é muito demorado. O tempo mínimo é de um a dois anos, mas já tive casos de um estabelecimento que está há cinco anos sem o alvará"

Sidney Mada, 31 anos, dono de empresa de contabilidade

Alvará é que nem puta virgem. Não existe. Vá agora às padarias, aos restaurantes e procure se existe em algum local o documento na parede"

Oscar Maroni, dono da boate Bahamas

Abertura sem legalização

Sidney Mada, 31 anos, proprietário de uma empresa de contabilidade na região central de São Paulo, afirmou que seus clientes, donos de restaurantes e lanchonetes, esperaram ao menos um ano para conseguir o alvará. Ele explicou que a maioria dos estabelecimentos do ramo abre as portas sem ter a documentação regularizada.

"Aqui é tudo é muito demorado. O tempo mínimo é de um a dois anos, mas já tive casos de um estabelecimento que está há cinco anos sem o alvará. A situação da casa é regular, mas não existe demanda da Prefeitura para suprir todos os pedidos de uma vez. Eu entendo que a demora é por conta da falta de recurso humano para avaliar todos os pedidos".

O empresário Oscar Maroni, dono da boate Bahamas e do Oscar's Hotel, disse que a documentação é obtida após três anos, o que considerou um prazo mínimo. Ele afirmou que está há 12 anos tentando obter o alvará de funcionamento de suas duas casas.

"É impossível começar a funcionar com o alvará. Leva, em média, três anos para conseguir. Não tem gente, não tem documentação para regularizar tudo. O alvará deverá ser colocado em local de alta visibilidade público. Alvará

"é que nem puta virgem. Não existe. Vá agora às padarias, aos restaurantes e procure se existe em algum local o documento na parede", desafiou Maroni.

Indicações

Outro empresário da Zona Oeste da cidade disse que existe uma espécie de "feira livre" de alvarás – ainda mais atuante após a tragédia em Santa Maria. Ele afirmou que agentes do Corpo de Bombeiros chegam a oferecer a licença se o empresário comprar os extintores em uma determinada empresa indicada pelo fiscal.

Tentamos fazer as vistorias de um dia para o outro para evitar esse tipo de situação. Muitas empresas oferecem um caminho de facilitação alegando que é difícil conseguir o laudo, que sabe como fazer, acelerar o processo." Rodrigo Lima Dib, chefe da vistoria técnica do Corpo de Bombeiros

O chefe da vistoria técnica do Corpo de Bombeiros, Rodrigo Lima Dib, afirma que a corporação sempre manteve o padrão de transparência, agilidade e imparcialidade. Ele alega que algumas empresas que trabalham com venda de extintores e outros materiais criam lendas a respeito do serviço da vistoria para oferecer falsas facilidades na renovação de AVCB (alto de vistoria do Corpo de Bombeiros).

"Tentamos fazer as vistorias de um dia para o outro para evitar esse tipo de situação. Muitas empresas oferecem um caminho de facilitação alegando que é difícil conseguir o laudo, que sabe como fazer, acelerar o processo. Todas as orientações estão acessíveis no atendimento da corporação, de graça. E nosso trabalho é feito com total transparência e imparcialidade." As denúncias de irregularidades podem ser feitas pelo telefone 193 ou diretamente na Divisão de Atividades Técnicas dos Bombeiros.

Em entrevista ao *Fantástico*, Elissandro Spohr, o Kiko, um dos sócios da boate Kiss, afirmou que bombeiros responsáveis pela vistoria indicaram a empresa Hidramix, que seria de um ex-bombeiro, para fazer adequações no sistema de prevenção de incêndio. "Os bombeiros estiveram lá e detectaram que as minhas portas, que eram já dessas de incêndio, que bate e abre, estavam ultrapassadas. Foi o que eles me disseram. E me indicaram uma empresa chamada Hidramix, que era de um antigo colega deles"

Procurada pela RBS TV, a direção da empresa Hidramix não retornou os recados deixados no celular. O Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Sul disse que vai se manifestar apenas depois de concluído o inquérito.

Tive que ficar aberto com uma liminar expedida por um juiz. A prefeitura tem um expediente medonho. Você faz tudo certo, solicita um alvará, eles não te dão e depois vêm te autuar porque você não tem o alvará" Empresário da Zona Sul

Mercado inflacionado

A dificuldade para conseguir o alvará de funcionamento influencia o mercado de imóveis. Um empresário da Zona Sul contou que repassou o imóvel de seu primeiro bar sem a licença, após três anos de funcionamento. Se tivesse o documento, acredita que poderia ter acrescido 15% ao preço final de seu antigo negócio.

Ele disse que só conseguiu manter uma casa funcionando quando acionou a Justiça. Ainda assim, obteve o alvará após quase dois anos de espera. "Todas as instâncias do governo tentam de forma maior ou menor criar dificuldade pra vender facilidade. Meu alvará demorou um ano e meio, mas eu não sou parâmetro. Tive que ficar aberto com uma liminar expedida por um juiz. A Prefeitura tem um expediente medonho. Você faz tudo certo, solicita um alvará, eles não te dão e depois vêm te autuar porque você não tem o alvará".

O dono de uma boate na Rua Augusta revela que não enfrentou o périplo do alvará, pois comprou o ponto comercial já regularizado e manteve a razão social. "Foi um atrativo saber que já estava tudo certo, com alvará. Até hoje eu não conheço essa burocracia por não ter entrado nisso." Embora tenha sido um fator relevante, ele explica que a documentação não foi usada como barganha durante a negociação com os antigos donos. "Não fiz pesquisa de mercado pra saber se fez diferença no preço, mas foi um achado. Ter alvará e na localização que eu buscava."

Na última semana, o empresário recebeu a vistoria do Corpo de Bombeiros para renovar o AVCB, vencido em dezembro de 2012. Acredita que neste ano, por conta da tragédia, a vistoria foi minuciosa. "Está sendo um pente-fino mais cuidadoso." Os bombeiros pediram alterações em um corrimão da casa e uma sinalização que indique onde está o disjuntor da saída de emergência. O estabelecimento já passou por duas vistorias, e o proprietário

elogia a rapidez do processo. "É sempre muito tranquilo e rápido. Em 15, 20 dias estava na mão." A sinalização cobrada neste ano, entretanto, não era exigida até então.

Além da morosidade do sistema, empresários falaram que é difícil abrir um estabelecimento sem a consultoria de engenheiros e contadores. A subprefeitura de Pinheiros oferece material de orientação que é chamado pelos funcionários de "kit alvará". O manual precisa ser retirado pessoalmente. As segundas e quartas-feiras, engenheiros prestam atendimento aos comerciantes da região. Quando questionada qual o prazo para obter um alvará para imóveis comerciais, a atendente afirmou: "vai depender do seu empenho".

Falta uma unificação e uma simplificação do sistema. Hoje, para abrir uma casa, há tantas regras e em diferentes lugares que as pessoas preferem ficar na clandestinidade"

José Carlos Blat, promotor

Quem paga [suborno] hoje, vai pagar para sempre"

José Carlos Blat

Fiscalização e denúncias

Acusações de corrupção envolvendo comerciantes e no sistema de fiscalização ou liberação de documentos por parte da Prefeitura têm antecedentes. A gestão Celso Pitta (1997-2000) foi acusada de ter uma máfia de fiscais na qual funcionários da Prefeitura cobravam propinas para não denunciar irregularidades no comércio, nas construções e em outras áreas que desobedeciam as normas municipais.

Al menos 17 pessoas, entre eles vereadores e ex-administradores regionais foram condenados a penas entre 4 e 8 anos de prisão por concussão (extorsão praticada por funcionário público) e outros crimes.

De acordo com o promotor que atuou no caso, José Carlos Blat, o prejuízo à administração pública municipal foi de R\$ 13 bilhões. À época, o prefeito Celso Pitta foi afastado do cargo devido à outras irregularidades.

Blat listou várias causas para que a aprovação e a fiscalização seja colocada em xeque. A extensa legislação é um dos problemas apontados. "Falta uma unificação e uma simplificação do sistema. Hoje, para abrir uma casa, há tantas regras e em diferentes lugares que as pessoas preferem ficar na clandestinidade", disse.

Ele apontou ainda a falta de coordenação entre os órgãos. Um empresário que decide abrir uma empresa vai até a Junta Comercial (Jucesp), faz o registro e somente ao solicitar o alvará pode descobrir que em determinada área não pode haver comércio, exemplificou o promotor.

Já em 2012, a Prefeitura viveu um novo escândalo envolvendo liberação de empreendimentos. O diretor do Departamento de Aprovação de Edificações (Aprov) da prefeitura, Hussain Aref Saab, foi exonerado pelo governo municipal após se tornar o pivô de um escândalo em que ele era acusado de enriquecimento ilícito.

O Ministério Público (MP) listou 106 imóveis adquiridos por Aref em poucos anos e pediu o sequestro de seus bens para que o valor vá para a prefeitura. Kassab pediu que uma denúncia anônima sobre o caso fosse investigada pela Corregedoria do município e, pouco depois, Aref pediu demissão. O ex-prefeito, posteriormente, lançou a iniciativa da aprovação eletrônica de alvarás, que permite a obtenção pela internet de alvarás para obras, e a licença eletrônica de atividades.

Na terça-feira (5), o MP também entrou com ação civil pública contra o vereador Aurélio Miguel por suspeita de participação no caso. A Justiça vai avaliar se abre processo contra os acusados.

Para Blat, quem se sujeita a pagar suborno se torna um escravo do sistema. "Quem paga hoje vai pagar para sempre".



Engenheiro da Prefeitura é preso por cobrar propina

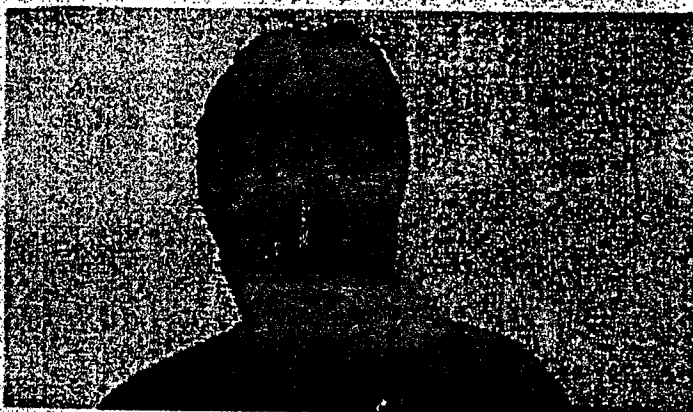
Funcionário do Departamento de Aprovação de Edificações foi detido após receber R\$ 4 mil em dinheiro. É o segundo caso semelhante em quatro dias

O engenheiro da Secretaria Municipal de Habitação Eduardo Tadayoshi Kawai, de 52 anos, foi preso ontem em flagrante após receber R\$ 4 mil para regularizar a metragem de um terreno. Kawai trabalhava no Aprov (Departamento de Aprovação de Edificações).

Ele foi detido por policiais civis da 1ª Delegacia de Investigações sobre Crimes Contra a Administração Pública ao sair de um bar da região central de São Paulo com o dinheiro.

O engenheiro foi denunciado pela vítima da extorsão, um motorista. Segundo a polícia, Kawai pediu, na 1ª vez, R\$ 10 mil para apressar a regularização do imóvel. Ele alegou que se a quantia não fosse paga a documentação poderia levar até dez anos para ser liberada.

Em um segundo contato, aceitou R\$ 8 mil. Ontem, recebeu a primeira parte do pagamento. As notas que totaliza-



O engenheiro Eduardo Tadayoshi Kawai foi preso em flagrante no Centro

ram os R\$ 4 mil foram previamente marcadas pela polícia.

Segundo o delegado Paulo Guidio Peres Filho, o funcionário vai ser enquadrado no crime de concussão (quando o funcionário público usa o cargo para obter vantagens).

Kawai trabalhava em um grupo chamado Getea, criado justamente para agilizar a regularização de imóveis. De acordo

com a Prefeitura, o suspeito vai responder a um inquérito administrativo especial e poderá, em último caso, ser demitido.

Na última sexta-feira, Nicola Caramico, de 69 anos, e Sheila Maria Caramico, de 62, os dois servidores públicos da Subprefeitura de Santo Amaro, na Zona Sul, foram presos após receberem R\$ 40 mil de propina de um empresário.



Funcionário da Prefeitura é preso após receber propina

A Polícia Civil prendeu ontem, em flagrante, um engenheiro da Prefeitura de São Paulo acusado de receber propina para regularizar a documentação de um imóvel. O homem é lotado no Aprov (Departamento de Aprovação de Edificações) e foi detido após receber R\$ 4 mil em dinheiro.

O suspeito, cujo nome não foi revelado, ocupa o cargo de especialista em desenvolvimento urbano, na Secretaria Municipal de Habitação, e recebe um salário bruto mensal de cerca de R\$ 3 mil.

Segundo a polícia, a denúncia partiu de uma pessoa que disse ter recebido uma proposta de propina do servidor no va-

lor de R\$ 10 mil para regularizar a documentação de um imóvel. Após a denúncia, a polícia acionou a Controladoria Geral do Município (CGM) para ajudar nas investigações. Foi feito um trabalho de pesquisa e monitoramento até a identificação do suspeito. Também foram apreendidos um computador e documentos do servidor.

O denunciante disse ter dado entrada a um pedido para regularizar seu imóvel em 2003, baseado nas leis de anistia. O processo tramitou até chegar ao GTEA (Grupo Técnico Especial de Análise), onde o suspeito trabalha.

A CGM informou que também vai abrir um Inquérito Administrativo Especial para in-

vestigar o servidor público. O processo tem prazo de 60 dias para ser concluído, portersido uma prisão em flagrante.

Santo Amaro - Na sexta-feira, a CGM informou que outros dois servidores da subprefeitura de Santo Amaro também foram presos em flagrante sob suspeita de terem recebido propina. A prisão ocorreu após uma denúncia realizada em fevereiro deste ano. Houve o monitoramento dos suspeitos e uma pesquisa sobre a evolução patrimonial deles.

Os servidores, que trabalhavam no setor de fiscalização de obras, foram detidos após terem recebido R\$ 40 mil em dinheiro do empresário que denunciou a dupla. (Folhapress)



Engenheiro exigia R\$ 10 mil por anistia

Servidor foi preso por achaque durante processo de regularização de imóvel

Artur Rodrigues

Um engenheiro civil da Prefeitura de São Paulo é acusado de extorquir R\$ 10 mil para facilitar a regularização de um imóvel. O funcionário Eduardo Tadayoshi Kawai é o terceiro servidor municipal preso por corrupção somente neste mês.

O funcionário trabalhava no Departamento de Aprovação de Edificações (Aprov), onde atuava Hussain Aref Saab, que foi acusado no ano passado de acumular 125 imóveis com dinheiro de propina. A vítima entrou em contato com o Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania (DPPC), afirmando que Kawai havia cobrado R\$ 10 mil para regularizar um imóvel.

O processo tramitava com base em leis de anistia desde 2003 até chegar ao Grupo Técnico Especial de Análise (GTEA), onde Kawai trabalha. A vítima es-

perava para regularizar um imóvel na Estrada de Taipas, na zona norte, que estava registrado com cerca de 100 metros quadrados e na verdade tinha aproximadamente 600 m².

"Esse engenheiro solicitou R\$ 10 mil para aprovação. Caso contrário, ele disse que tinha 8 mil processos empilhados e o processo da vítima, de primeiro, passaria a ser último", disse o delegado Sérgio Norcia, titular da 1.ª Delegacia de Crimes contra a Administração Pública do DPPC.

Ao longo da negociação, segundo a polícia, Kawai aceitou uma contraproposta no valor de R\$ 8 mil. A vítima marcou para entregar metade do valor, um maço de notas marcadas pela polícia, em um bar na Rua São Bento. Quando saía com o dinheiro, acabou preso pelos policiais civis. Ele não reagiu.

O servidor ocupava o cargo de especialista em desenvolvimen-

to urbano e recebia salário bruto de cerca de R\$ 3 mil. O Estado não localizou o advogado dele.

A Controladoria Geral do Município (CGM) foi acionada para ajudar na identificação suspeita e acompanhou a operação. Após a prisão, a CGM pediu a apreensão de computador e documentos do servidor que possam auxiliar posteriormente nas investigações.

Via rápida. A Prefeitura informou que já abriu inquérito admi-

nistrativo especial, a chamada via rápida, por se tratar de uma prisão realizada em flagrante. O prazo para o fim da apuração administrativa é atualmente de 60 dias. Ao fim desse período, o homem pode ser demitido. O Ministério Público também vai investigar o caso.

A Prefeitura negou pedido de entrevista com representante do Município sobre mais um caso de corrupção na Secretaria Municipal de Habitação. Na semana passada, dois funcionários da Subprefeitura de Santo Amaro, na zona sul da capital, acabaram presos, depois de um trabalho de pesquisa da CGM.

Eles foram flagrados recebendo R\$ 40 mil de um empresário, que havia denunciado a cobrança de propina. A dupla havia embargado uma obra executada pelo empresário e cobrado R\$ 97 mil para regularizá-la.

/COLABOROU MARCELO GODOY

Cad/Pág: **CL**



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

CLIPPING • Jornais

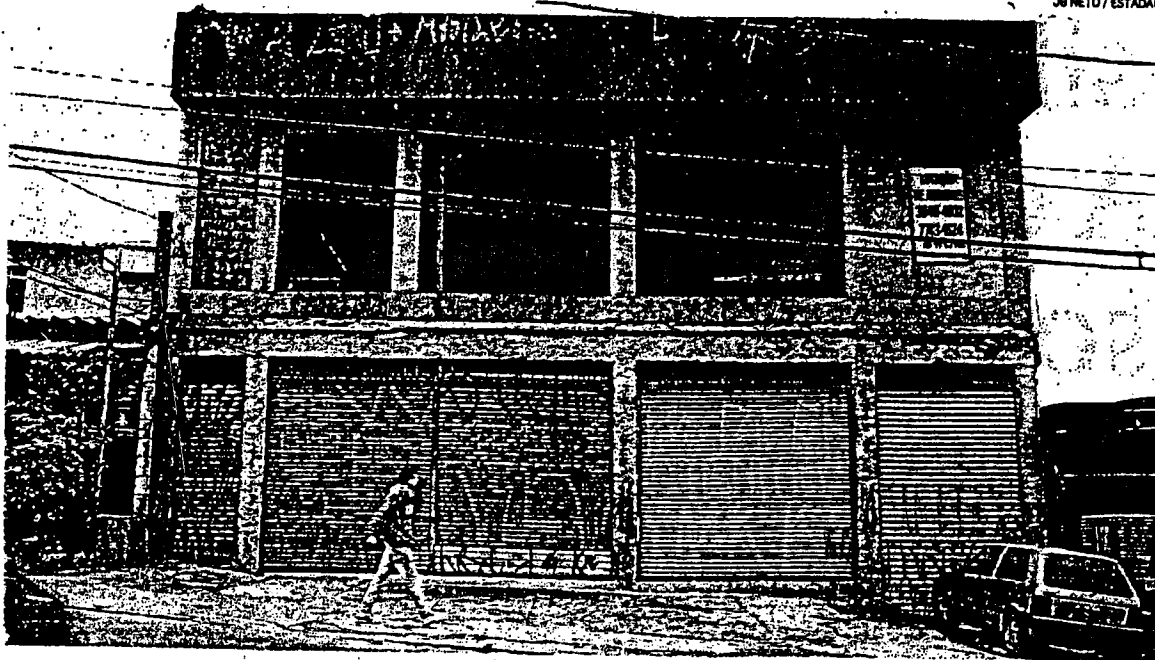
Folha nº 11 do proc
Nº 08.21 de 13

O ESTADO DE SÃO PAULO

20/03/13

100.406

JR NETO / ESTADÃO



Taipas.
Denúncia foi
feita à polícia
e prisão
ocorreu em
flagrante;
demissão
deve seguir
via rápida

PARA LEMBRAR

Promotor quer acabar com fila

O promotor José Carlos de Freitas, da área da Habitação, quer que a Prefeitura resolva o problema da fila de pedidos de anistia. Muitos projetos esperam aprovação desde 2003, quando a então prefeita Marta Suplicy (PT) aprovou a última Lei de Anistia. Geralmente, essa legislação é aprovada a cada dez anos.

Em agosto do ano passado,

a Prefeitura de São Paulo contratou 80 arquitetos para trabalhar na aprovação e fiscalização de novos empreendimentos e obras públicas. O grupo foi designado para a Secretaria Municipal de Habitação (Sehab), nos departamentos responsáveis por analisar mais de 6 mil processos de anistia que aguardam resposta há quase uma década.

Parte desses profissionais foi para o Departamento de Aprovação de Edificações (Aprov), epicentro de denúncias de recebimento de propina e favoreci-

mento a empreendimentos.

O número de arquitetos que liberam licenças e analisam a liberação de prédios aumentou na época 35% com essa contratação - passaram a ser 230 desses profissionais na Sehab.

Entre as tarefas dos novos arquitetos também estava a de definir os recuos laterais que cada prédio deve ter das ruas e checar se o projeto de um empreendimento respeita o zoneamento do bairro onde pretende ser erguido.

PONTOS-CHAVE

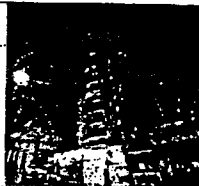
Aprov foi alvo de escândalo no ano passado

• Enriquecimento

Em maio passado, a gestão Kassab iniciou apuração administrativa contra Hussein Aref Saab, que dirigiu o Aprov até abril, por suspeita de enriquecimento ilícito.

• Imóveis

Responsável pelo órgão entre 2005 e 2012, Aref acumulou em seu nome 125 imóveis, como um apartamento na Rua Coriolano (foto), na Lapa, zona oeste.



• Denúncia

Em junho, ex-diretora de Brookfield denunciou ao MP o pagamento de propina para obter vantagem para os Shoppings Pátio Higienópolis e Pátio Paulista.

• Ação civil

Aref também é réu em ação civil pública, movida pela Promotoria de Habitação, por suposto favorecimento de construtoras na concessão de alvarás.

Cad/Pág: C6



Servidor de SP é preso em flagrante por cobrar propina

Engenheiro da prefeitura foi detido ao receber R\$ 4.000 de propina para agilizar regularização de um imóvel

**Acusado trabalhava
no Aprov, órgão cujo
ex-diretor foi afastado
sob suspeita de cobrar
propina no ano passado**

EVANDRO SPINELLI
ROGÉRIO PAGNAN
DE SÃO PAULO

Policiais civis prenderam em flagrante um engenheiro da Prefeitura de São Paulo acusado de cobrar propina para agilizar a regularização de um imóvel.

Foi o terceiro servidor municipal preso em cinco dias. Na última sexta, dois fiscais da Subprefeitura de Santo Amaro (zona sul) foram presos pela polícia sob suspeita de exigir R\$ 40 mil para liberação de um alvará.

Nos dois casos, as prisões só ocorreram porque os contribuintes denunciaram a extorsão e, assim, equipes da polícia e da recém-criada Controladoria-Geral do Município armaram o flagrante.

Segundo o delegado Sergio Norcia, o engenheiro Eduar-

do Tadayoshi Kawai, 52, exigia R\$ 10 mil para agilizar o pedido feito há dez anos.

Segundo a polícia, apesar do pagamento de todas as taxas, o caso não era analisado e a regularização do imóvel ficava pendente.

"O funcionário disse ao contribuinte que havia uma pilha com 8.000 processos. Se acertasse [pagasse o suborno] com ele, o processo dele seria o primeiro da pilha. Caso contrário, seria o último", afirmou o delegado.

Kawai é funcionário do Aprov. Esse setor, responsável pela aprovação de projetos de médio e grande porte, ficou conhecido no ano passado após a Folha revelar as suspeitas de cobrança de propina por parte de seu ex-diretor, Hussain Aref Saab.

APROV

Aref adquiriu 106 imóveis, estimados em R\$ 50 milhões, nos sete anos em que dirigiu o órgão. Em razão dessas suspeitas, a gestão Gilberto Kasab criou um grupo técnico de análise para acelerar processos parados, onde Kawai

foi destacado para atuar após ser aprovado em concurso.

Para documentar a cobrança de propina, os policiais que armaram o flagrante tiraram cópias das notas que seriam entregues ao servidor no centro da capital. Dos R\$ 10 mil combinados, foram entregues R\$ 4.000.

Segundo o delegado, Kawai, que ganha cerca de R\$ 3.000, disse que precisava do dinheiro para comprar medicamentos para sua filha.

O advogado de Kawai nega o pedido de propina, afirma seu cliente foi vítima de uma armação e a inocência dele será comprovada.

Cad/Pág: C6



COBRANÇA DE PROPINA

Engenheiro do Aprov é preso sob suspeita de cobrar para liberar imóvel

2003

Um motorista entra com pedido de anistia para um imóvel na zona norte de São Paulo

Jan. 2013

O processo chega às mãos do engenheiro **Eduardo Tadayoshi Kawai**, no Aprov

Fev. 2013

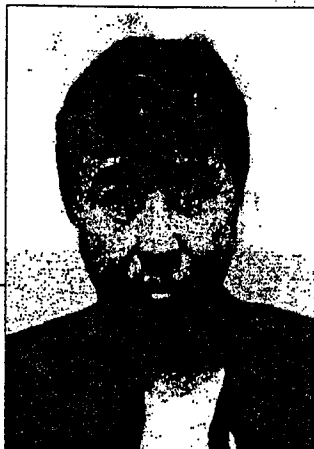
O servidor chama o motorista para dizer que o processo irá para o fim da fila caso ele não pague uma propina de R\$ 10 mil

Mar. 2013

O motorista procura a polícia e marca um encontro com o servidor

Ontem

O motorista reúne R\$ 4.000, tira cópias das notas, se encontra com o servidor em um bar no centro e entrega o dinheiro. O servidor é preso



MAIS UM

Kawai é o terceiro servidor preso sob suspeita cobrança de propina neste mês. No dia 15, dois funcionários da Subprefeitura de Santo Amaro foram detidos após denúncia de empresário



O QUE É O APROV

Departamento responsável por liberar construções ou reformas em empreendimentos acima de 500 m² na cidade

AREF

Diretor do Aprov entre 2005 e 2012, Hussain Aref Saab, é investigado sob suspeita de enriquecimento ilícito. No período, ele adquiriu 106 imóveis, estimados em R\$ 50 milhões. O Ministério Público suspeita que a explosão patrimonial esteja ligada à exigência de propina para aprovação de empreendimentos





Haddad quer emitir alvarás de obras em 90 dias

DE SÃO PAULO

Em encontro com empresários do setor imobiliário, o prefeito Fernando Haddad (PT) disse que uma meta para seu mandato é agilizar processos de aprovação de obras para que alvarás sejam emitidos em até 90 dias.

Hoje, o processo chega a levar vários anos. Uma das suspeitas em relação a Husain Aref Saab, ex-diretor do setor de aprovação de empreendimentos que adquiriu 106 imóveis enquanto esteve no cargo, é que ele cobrava propina para agilizar o alvará.

Em almoço no Secovi (sin-

dicato das empresas do setor imobiliário), Haddad defendeu mudanças na legislação para otimizar e dar transparência a esses processos.

“Não adianta agilizar o licenciamento sem cuidar para que ele seja transparente e correto”, disse o prefeito.

Haddad afirmou que, nos próximos dias, será encaminhada à Câmara Municipal uma reforma que vai incluir a criação da Secretaria de Licenciamentos, responsável pela emissão dos alvarás de obras, e da Controladoria-Geral do Município, para combater a corrupção.

O prefeito disse ainda que pretende mudar a legislação para facilitar o licenciamento de empreendimentos menores que 1.500 m². Nestes casos, bastará enviar um projeto que cumpra as normas de volumetria — altura e recuos.

Cad/Pág: 13

Kassab desqualifica denúncia de pedido de propina por secretário

Segundo empresária, Orlando Almeida, da Habitação, recebeu dinheiro.

Para o prefeito de SP, afirmação não tem credibilidade.

Letícia Macedo Do G1 SP



2 comentários

O prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab (PSD) afirmou na manhã desta sexta-feira (29) que as denúncias de que o secretário de Controle Urbano, Orlando Almeida Filho, teria recebido propina enquanto estava à frente da Secretaria Municipal de Habitação, partiram de “pessoas que não têm qualificação moral”. Quando esteve na pasta, ele foi chefe de Hussain Aref Saab, que teve parte dos bens bloqueados pela Justiça devido a suspeitas de enriquecimento ilícito.

Investigações do Ministério Público (MP) apontaram que Aref teria recebido propina para liberar obras em shoppings da capital, entre eles, o Pátio Paulista e o Pátio Higienópolis, que são administrados pela Brookfield Gestão de Empreendimentos. No decorrer das apurações, uma empresária disse que Almeida pediu um montante em dinheiro para liberar o alvará de funcionamento de uma casa noturna que funcionava na Avenida Nove de Julho, na Zona Sul de São Paulo.

saiba mais

- [Justiça bloqueia bens de ex-diretor suspeito de cobrar propina em SP](#)
- [Carta anônima iniciou investigação sobre enriquecimento ilícito em SP](#)
- [MP ouve empresários que venderam imóveis a ex-servidor de SP](#)

“Falo de uma maneira respeitosa, de onde vêm as denúncias, é evidente que elas não merecem credibilidade. É algo muito suspeito”, afirmou. De acordo com Kassab, o secretário ainda não foi ouvido pelo Ministério Público.

Kassab enfatizou que o Ministério Público está no seu papel, mas que a investigação da Prefeitura sobre irregularidades relacionada à liberação de obras não apontou nenhum problema com relação a Orlando Almeida Filho. O prefeito descarta, no momento, afastá-lo durante as investigações. “Não há nenhuma suspeita contra o secretário. O que existe é uma denúncia e cabe ao MP apurar”.

Histórico

A pedido do Ministério Público Estadual (MPE), a Justiça decretou nesta segunda-feira (25) o sequestro de todos os imóveis adquiridos pelo ex-diretor municipal Hussain Aref Saab durante o período em que chefiou o Departamento de Aprovação de Edificações (Aprov), entre 2005 e 2012. Ele é investigado por enriquecimento ilícito, após ter acumulado mais de 125 casas e apartamentos nesse período, o que seria incompatível com sua renda.

Os imóveis são avaliados em cerca de R\$ 50 milhões, enquanto a renda do ex-diretor era de cerca de R\$ 20 mil mensais. Segundo a Promotoria, há indícios de que os imóveis tenham sido recebidos em troca de favorecimentos a construtoras que protocolavam pedidos na Secretaria de Habitação, pasta à qual o Aprov é subordinado.

Aref nega e diz que todos os seus bens foram adquiridos licitamente, com dinheiro de aplicações e de uma empresa que explora estacionamentos na capital.

Adelina Cicore - Adv. Parlamentar

RF 100 406

A SGP - 33

21, 12, 16

[Signature]
Antonio Isoldi Caleari
Supervisor - SGP. 22
RF 11.300

**SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO
SUPERVISÃO DE ARQUIVO GERAL**

Proc. encerrado com 16 fls.

Arquivado em 04/07/2017

O Func.º *[Signature]*

UBIRAJARA DE F. PRESTES FILHO
Consultor Técnico Legislativo - História
Supervisor do Arquivo Geral - SGP.33
RF: 11215